

# Gestão do Parque Nacional de Brasília

Rodrigo Rollemberg

**F**omos surpreendidos com a notícia de que os serviços do Parque Nacional de Brasília (PNB) serão terceirizados. As justificativas que o Ministério do Meio Ambiente apresenta são várias: os custos de manutenção dos serviços de atendimento ao público são pesados; o PNB deve ser mais aberto ao público; falta educação ambiental ao visitante; enfim, o parque deve ser mais explorado. E, para resolver todos os problemas de uma tacada só, nada mais simples, na ótica do governo, do que repassá-los à iniciativa privada.

Primeiro, salientamos a falta de transparência em todo esse processo, já que apenas pela mídia é que o visitante do PNB ficou sabendo das intenções do MMA. Apesar de várias ONGs exercerem algum tipo de atividade no parque, nenhuma delas foi contatada.

Segundo, lembramos que vários dos serviços do PNB já são, de longa data, terceirizados. Os serviços de bilheteria, vigilância e limpeza das piscinas e apoio ao setor administrativo são executados por quatro empresas prestadoras de serviços. Em que pese o PNB ser um dos parques nacionais brasileiros mais bem aquinhoados em termos de pessoal — dispõe de cerca de 70 funcionários do Ibama para cuidarem de 30.000 hectares, enquanto o Parque Nacional do Jaú, com dois milhões de hectares, até recentemente não contava com mais de meia dúzia de funcionários —, mesmo assim há alguns anos achou-se por bem contratar várias empresas, que, segundo a Administração do PNB, disponibilizam mais cerca de cinquenta trabalhadores. Ou seja, no frígido dos ovos o PNB conta com mais de cem funcionários. Um privilégio, em se tratando de parques nacionais.

E qual foi o benefício da terceirização? Na ótica do visitante, não se percebe benefício. Pelo contrário, o que se vê em determinados casos, principalmente no que tange à vigilância nas piscinas, é o despreparo dos empregados das empresas terceirizadas para exercerem a função. Culpa não dos trabalhadores, obviamente, e sim das empresas, que não lhes dão treinamento adequado,

e de quem os contrata, que não exige profissionais tarimbados para a função. Não se trata da vigilância de um clube, e sim de uma área com características ecológicas, que deve aliar o lazer com a educação ambiental. O visitante deve ser informado da finalidade de um parque nacional, das suas características, quais as riquezas do cerrado, e por aí vai.

E outras questões chamam a atenção. Por exemplo: quanto custam aos cofres públicos os serviços prestados pelas empresas? Não se sabe. São informações de uma verdadeira caixa-preta. E por que os serviços não podem ser realizados pelos próprios funcionários do Ibama, bem treinados e remunerados?

Porém, o MMA tem razão quando alega que o PNB é pouco conhecido da população. A área de uso público não chega a 0,5% da área total do parque. E só se protege aquilo que se conhece. Portanto, o parque deve ser mais aberto ao público. Mas isso não implica ter que entregar os serviços à administração de uma empresa privada. No âmbito do próprio Ibama existem experiências com sucesso, de trilhas guiadas, que aproveitaram guias locais, devidamente

treinados. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é um exemplo. Lá as visitas são feitas sob a orientação de guias da região e treinados pelo Ibama. Ou seja, aproveitaram-se o conhecimento e a mão-de-obra locais.

DOCUMENTAÇÃO	
SOCIAMBIENTAL	
Fonte	CB (opinião)
Data	24/2/2001 Pg 5
Class.	1674

**POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO LOCAL, AS COMUNIDADES E OS PRESERVACIONISTAS PODEM HARMONIZAR SUAS DIFERENÇAS E SE TORNAREM ALIADOS, COOPERANDO RUMO AO ALCANCE DO OBJETIVO COMUM DE PROTEGER OS RECURSOS NATURAIS**

O que está em discussão é um modelo de gestão de parques nacionais. No caso do PNB, um modelo calcado exclusivamente nas decisões do MMA/Ibama, e que não apresenta bons resultados, haja vista os problemas que o parque enfrenta, tanto interna como externamente.

Assim, devemos nos espelhar em alguns exemplos que têm tido sucesso em parques nacionais mundo afora. O primeiro prescreve a integração da conservação da natureza com o desenvolvimento local. É o que se promove em todo o mundo por parte de organizações internacionais de conservação e desenvolvimento, como uma solução para conflitos locais em relação ao uso de recursos naturais. O envolvimento da população local é visto como um pré-requisito para a solução de conflitos existentes na gestão de áreas protegidas. As comunidades locais incluem-se entre os interessados nas áreas protegidas, e assim são convocadas a serem responsáveis e beneficiárias de projetos de conservação.

Conseqüentemente, a participação local passa a ser componente-chave de qualquer projeto de conservação que se esforça para integrar conservação e desenvolvimento. Por meio da participação local, as comunidades e os preservacionistas podem harmonizar suas diferenças e se tornarem aliados, cooperando rumo ao alcance do objetivo comum de proteger os recursos naturais.

E a gestão sustentada do meio ambiente só ocorre quando existe um ativo apoio por parte da comunidade local. A participação local deve ser reconhecida e estimulada, não só por ser um direito básico da sociedade, mas porque é uma peça fundamental no processo em direção ao desenvolvimento sustentável. Assim, o processo de aproximação real entre administradores de parques nacionais, comunidade local e ambientalistas deve ser implementado, minimizando-se o conflito existente de que conservação é incompatível com o desenvolvimento.

Essa, a nosso ver, é a fórmula para o PNB: a gestão ser conduzida não só pelo MMA/Ibama, mas conjuntamente com os beneficiários e a população em geral. Isso envolve a participação dos visitantes, moradores limítrofes, organizações comerciais e industriais próximas, entidades educacionais e de pesquisa, órgãos governamentais, entre outros.